

FONTE DE SOLIDARIEDADE

Alexandre Aragão¹

RESUMO

O presente artigo procurou refletir a partir da noção de solidariedade do pensamento durkheimiano, no qual o trabalho é apresentado como fonte motivadora por produzir uma vasta diversificação do tecido social através das especializações humanas, possibilitando uma comunicação de diferentes realidades que enriquecem e fortalecem os vínculos da vida social, sobre a necessidade da emergência de arranjos econômicos que visem a garantir a sobrevivência humana de forma digna a partir de novas concepções da distribuição do lucro e das relações do mundo do trabalho, localizando no evento denominado Economia de Comunhão na Liberdade (EdC) um laboratório onde se processa um novo experimento de empresa produtiva.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, Mundo do Trabalho, Solidariedade, Economia Solidária.

ABSTRACT

The present article looked forward to reflecting from the idea of solidarity of the durkheimian thought, in which this study is presented as motivating source to produce a broad diversification of the social fabric through the human especializations, enabling a communication of different realities that enrich and strengthen the links of social life, about the necessity of the emergency of economical arrangements that aim at ensuring the human survival of a worthy manner since new conceptions of the profit distribution and of the relations of the world work, locating in the event named Economy of Communion in Freedom (EoC) a lab where a new experiment of productive company is processed.

Key-words: Communion Economy, World Work, Solidarity, Solidarity Economy

INTRODUÇÃO: A SOLIDARIEDADE HUMANA

Em seu clássico estudo sobre a divisão social do trabalho, no qual reflete sobre as solidariedades presentes nos agrupamentos humanos, Emile Durkheim (1978) faz entre outras coisas uma explícita crítica à economia política capitalista pelo fato de transformar o trabalho humano de fonte de riqueza a um simples meio de fazer aumentar os ganhos do capital.

Para ele, a divisão social do trabalho é uma fonte de “solidariedade orgânica”¹ por produzir uma vasta diversificação do tecido social através das especializações humanas, possibilitando uma comunicação de diferentes realidades que enriquecem e fortalecem os

¹ O Autor é Licenciado em Arte-educação (UFPE), especialista em Democracia Participativa (UFMG), mestrando em Políticas Públicas e Sociedade (UECE) e pesquisador do Grupo Democracia e Globalização. E-mail para contatos: alexandre-aragao@hotmail.com

vínculos da vida social. Este tipo de solidariedade só é possível se cada indivíduo tiver uma esfera própria livre de ação e, conseqüentemente, uma personalidade.

Entretanto a história demonstrou que a forma como as sociedades capitalistas dos séculos XIX e XX organizaram o trabalho provocou não o desenvolvimento das personalidades dos sujeitos a partir das atividades exercidas em seus ambientes de trabalho; pelo contrário, com a ideologia fordista e taylorista de organização empresarial e de controle do sistema produtivo, o homem foi reduzido a um mero repetidor de operações mecânicas, sendo diminuído a um papel de máquina, tratado apenas como uma força de trabalho. Durkheim destaca que diariamente o trabalhador repetia os mesmos movimentos com uma regularidade monótona, sendo-lhe negada uma compreensão do todo do qual é produtor nem uma participação efetiva na riqueza social final por ele produzida. O trabalhador não passou [e ainda não passa] de uma peça na engrenagem que uma força externa põe em funcionamento e que se move sempre no mesmo sentido e do mesmo modo (DURKHEIM, 1978).

Segundo Oliveira (2008), no capitalismo tudo se transforma em mercadoria. Os mecanismos de troca medeiam a sociabilidade, que acontece na circulação. A relação social se dá entre coisas. A mercadoria emerge como tendo vida própria. Como propriedade privada individual é a condição de possibilidade de constituição das relações sociais entre os homens, então a coisa emerge como sendo a fonte de socialização. A personificação das coisas implica uma relação social entre os produtos do trabalho. Na aparência a produção se revela tendo como finalidade o valor de uso, mas na essência ela tem como fim o valor de troca, independente das necessidades reais dos homens reais. Assim, o “Valor” torna-se sujeito autônomo, auto-reflexivo, um movimento que existe em função de si mesmo. Tudo se refere a ele. Até mesmo os homens, pois a força de trabalho transforma-se em instrumento de valorização do Valor². A sociedade capitalista se constrói a partir do indivíduo e de seu desempenho sem uma ligação essencial com os outros. O indivíduo atomizado e não o indivíduo em relações de comunhão com outros indivíduos é a meta deste tipo de sociabilidade. O sistema capitalista de produção se manifesta como uma forma de transcendência para o Absoluto (Religião). Um absoluto que esmaga o homem, que o torna seu escravo, o faz sua vítima. A vida dos homens deixa de ser um fim para ser um meio de valorização do Capital, tudo está em função do Capital e do Mercado. Na ótica do Capital, a defesa da vida humana é um anti-valor. O Capital se transforma em valor supremo, numa

divindade visível: “na religião da vida cotidiana, como afirmava Marx” (OLIVEIRA, 2008, p. 71-72).

Em seu estudo, Durkheim levanta uma importante questão: se a moral tem como objetivo o aperfeiçoamento individual, não pode permitir que uma forma de organizar o trabalho arruine a tal ponto o indivíduo; e se ela tem por fim a sociedade, não pode deixar que se esgote a própria fonte da vida social, porque o mal não ameaça apenas as funções econômicas, mas todas as funções sociais, por mais elevadas que sejam.

Portanto, a questão ética apresentada por Durkheim nos remonta a refletir sobre em que condições reais o trabalhador pode desenvolver sua personalidade humana em seu trabalho diário ao ponto de esta ser fonte de solidariedade social.

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE HUMANA

A Ética nasce das perguntas pelos critérios que tornem possível o enfrentamento da vida com dignidade. Nasce num contexto temporal espacial concreto. E o ser humano é o ser que pode levantar questão sobre a validade de sua prática: o que é e não deveria ser, e o que não é e deveria ser. Nenhum mundo histórico é capaz de determiná-lo de modo definitivo. O ser humano só pode efetivar-se enquanto tal em mundos históricos concretos que são fruto de sua ação. A Ética emerge nesses contextos como reflexão crítica destinada a tematizar os critérios que permitam superar o mal e conquistar a humanidade do homem enquanto ser livre. Seu objetivo fundamental é estabelecer os marcos nos quais é possível configurar um mundo humano – subjetividade, intersubjetividade e institucionalidade – enquanto espaços efetivos de liberdade. O ser humano pode dizer não a ordens estabelecidas, seja internamente ou externamente ao seu ser. E aqui está uma grande descoberta humana: a idéia do que é verdadeiro e do que é bom. É uma descoberta ineliminável da existência humana, pois mesmo aquele que julga toda verdade uma ilusão tem de considerar verdadeira a sua convicção. O verdadeiro e o bom abrem para o ser humano um espaço de liberdade. Ele sempre pode se perguntar sobre as razões teóricas e práticas de suas suposições e com isso libertar-se de causas cegas que o impulsionam. Assim o ser humano está sempre além de qualquer realidade dada. Ele pode perguntar-se pelo sentido de tudo e lançar-se no esforço pela mudança.

Por outro lado, dizer “personalidade” significa afirmar que o homem é uma pessoa, ou seja, um ser dotado de subjetividade e dignidade, capaz de agir de maneira refletida, planejada e racional e de decidir por si mesmo no exercício de sua realização pessoal. Portanto, o

trabalhador não é um instrumento, não é uma máquina, e é como pessoa que ele trabalha. Ele é o sujeito do trabalho: o valor ético do trabalho resulta justamente deste sentido subjetivo. E isto precisa acarretar conseqüências concretas na ordem política, econômica e jurídica capazes de garantir sempre mais uma ética no mundo econômico do trabalho que contemple verdadeiramente essa realidade.

Mas além do argumento subjetivo, o trabalho humano tem um fim: a realização do homem enquanto ser social. O trabalho comporta em si uma marca particular, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas, e tal marca determina a qualificação interior do próprio trabalho. Com o trabalho, a consciência humana deixa de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. É um processo, de uma contínua cadeia temporal que busca sempre novas alternativas. Pelo trabalho, o ser humano produz-se a si mesmo como gênero; pelo processo de auto-atividade e autocontrole salta da sua origem natural baseada nos instintos, para uma produção e reprodução de si como gênero humano, dotado de autocontrole consciente, caminho imprescindível para a realização da liberdade (ANTUNES, 2006).

Para Paulo Freire (1987) a humanização se dá coletivamente, no processo de produção social. O trabalho é uma matriz de humanização, onde a cultura se forma: formamo-nos como humanos na maneira como produzimos nossa existência. Portanto, o trabalho deve estruturar-se socialmente de forma humanizada e humanizante para que o ser humano atinja plena e dinamicamente sua humanização. O homem moral é consciente de que cada uma de suas ações é ação sobre o outro e sobre a comunidade a qual pertence (WEIL, 2003).

A primeira comunidade é a família. Marx (1982) observa que quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, também o indivíduo produtor. “De início este aparece de um modo ainda muito natural, numa família” (p.4). Em seguida, numa tribo, que é uma família ampliada. E mais tarde, nas diversas formas de comunidade, resultado do antagonismo e da fusão das tribos. E o trabalho constitui o fundamento sobre o qual se edifica a vida familiar, é a condição que torna possível a fundação de uma família, uma vez que a família exige os meios de subsistência que o homem obtém mediante seu trabalho. A família é ao mesmo tempo uma comunidade tornada possível pelo trabalho e a primeira escola de trabalho para todos e cada um dos seres humanos. A experiência cotidiana de união no interior da família enriquece o ser humano e o libera para além dele próprio: é na família que o homem tem ocasião de vivenciar as diversas dimensões que o constitui (ARRUDA, 2006).

A família é a comunidade de cuidados, em razão das necessidades que se prolongam por toda a vida. O amor nasce e cresce com esse cuidado, em uma realidade partilhada e séria. Sem tal realidade de intersubjetividade verdadeira as relações humanas correm o risco de tornarem-se patológicas (JONAS, 2006).

Portanto, esta parece ser uma das questões centrais para nós do século XXI: que mudanças se fazem necessárias para promover novas concepções e organizações de empresas, da economia e do mundo do trabalho como um todo, que sejam capazes de promover o crescimento da personalidade humana, gerando novas estruturas da sociedade que desenvolvam e fortaleçam os vínculos de convivência social solidária?

Elencamos abaixo, no Quadro I, breves exemplos para podermos ter diante de nós, concretamente, expressões da desumanização causadas pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho humano a que estão submetidos milhões de trabalhadores e trabalhadoras em algumas regiões do mundo:

Quadro I – Indicadores da precarização do trabalho

* Em Fortaleza, capital do estado Ceará, a taxa de desemprego da juventude entre 16 a 29 anos é de 30% (FORTALEZA, 2009).

* A concentração de renda, no Nordeste do Brasil: a base da pirâmide social é composta por 81,6% de trabalhadores e trabalhadoras que recebem até R\$500,00 de salários mensais (CARTA SOCIAL, 2007)

* A precariedade no trabalho feminino: em Bangladesh, as grandes empresas multinacionais do setor de supermercados utilizaram-se do trabalho feminino na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana e salários inferiores a 30 dólares por mês (ANTUNES, 2006).

* O achatamento de salários: na Indonésia, as mulheres trabalhadoras de uma grande multinacional do setor de calçados esportivos ganhavam 38 dólares por mês, em 1999 (ANTUNES, 2006).

* O desemprego mundial: dados da OIT para o ano de 1999 apresentaram 1 bilhão de pessoas desempregadas ou trabalhando de forma precária, ou seja, algo em torno de 1/3 da força humana mundial que trabalha (ANTUNES, 2006).

Para Durkheim, faz-se necessária uma unidade do todo orgânico social³, na qual todos possam, a partir de suas especificidades, sentirem-se colaboradores de uma mesma obra humana. Não uma unidade abstrata, mas uma unidade viva. O estado de anomia para o autor é quando a divisão social do trabalho não produz solidariedade.

No nosso entender deve ser a busca por uma unidade dinâmica, a ser construída pelos atores da comunidade humana, tentando encontrar novos sentidos em suas relações sociais (WEBER, 2004), acolhendo as diferenças e colocando-as num diálogo contínuo, fruto da coragem de superar as injustiças sociais através da elaboração de novas formas concretas de convivência solidária capaz de permitir a todos os homens e mulheres viverem com dignidade e com liberdade das riquezas produzidas coletivamente pelo seu trabalho.

BREVE RECORTE DA PESQUISA SOBRE O PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO

Em sua obra clássica “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber (2004b) constata a importância da razão religiosa protestante na constituição da economia capitalista, na medida em que impulsionou os crentes a conceberem o trabalho como uma vocação que os conduziria à salvação escatológica.

Motivados por esse clássico, nos anos de 2007 e 2008 realizamos uma pesquisa sobre um experimento econômico em gestação, no campo da economia, denominado Economia de Comunhão na Liberdade (EdC), por entender que esse projeto insere-se no debate mundial sobre novos arranjos econômicos que promovam a solidariedade no mundo do trabalho. Passamos a apresentar abaixo um breve recorte de nossa pesquisa.

A Economia de Comunhão na Liberdade (EdC) é um projeto mundial, nascido em 1991, no Brasil, no âmbito de um movimento religioso de leigos – Movimento dos Focolares - que baseia sua ação humana na espiritualidade ecumênica da unidade, fundado oficialmente em 1943, por Chiara Lubich (1920-2008), em Trento, na Itália, e presente em mais de 180 nações, com membros integrantes de diversas igrejas cristãs – católicos, luteranos, anglicanos, ortodoxos, metodistas - e de várias religiões – budistas, judeus, mulçumanos, taoístas, hinduístas -, além de pessoas que não professam um referencial religioso, cuja centralidade de sua práxis é o amor recíproco visando a colaborar na construção de um mundo unido.

O objetivo do Projeto EdC reside no desenvolvimento de empresas competitivas no mercado, que objetive uma livre redistribuição dos lucros empresariais em três partes: uma parte para sujeitos em situação de pobreza, outra parte para alimentar estruturas de formação de atores para a cultura da partilha e uma terceira parte para ser reinvestida nas empresas de comunhão visando à sua manutenção e expansão. Ao todo já são cerca de 800 empresas no mundo envolvidas com esse projeto.

Como lembra Hans Küng (2004), a vivência de uma espiritualidade torna possível à humanidade ser mais humana, não apenas em seu agir, mas também para enfrentar o sofrimento de uma maneira verdadeiramente humana, porque tanto nas realidades positivas ou negativas, é-se sustentado pela força do espírito no qual encontram-se as motivações e energias para continuar ajudando-se uns aos outros seres humanos de forma solidária e fraterna, chegando até a raiz das questões, por envolver não apenas o bom e o belo, mas o mau e o feio, o por demais humano e desumano. Trata-se de um humanismo que busca abraçar positivamente todas essas coisas, incluindo o sofrimento e a luta, e tudo superar.

Chiara Lubich faz um breve relato histórico dos marcos da Economia de Comunhão:

[A EdC] surgiu em maio de 1991, em São Paulo, no Brasil, durante meu encontro com a comunidade local, no coração de um país onde se sofre de maneira dramática com o contraste social entre poucas pessoas riquíssimas e milhões de pessoas paupérrimas. A pobreza estava presente também entre alguns milhares dos duzentos e cinquenta mil membros [e aderentes] do Movimento, e o que já se fazia com a comunhão de bens não era suficiente⁴. Daí a idéia de aumentar as receitas, com o surgimento de empresas, confiadas a pessoas competentes, em condições de fazê-las funcionar com eficiência para, assim, obter lucros. Parte desses lucros seria usada para incrementar a empresa; parte para ajudar as pessoas necessitadas, dando-lhes a possibilidade de viver de modo mais digno; e a última parte, para desenvolver estruturas visando à formação de homens e mulheres que motivam a vida pela “cultura do dar”, porque sem “homens novos” não se faz uma sociedade nova (LUBICH, 2002, p.15).

Como se vê, a economia de comunhão nasce de uma exigência da comunidade focolarina em ampliar comunhão de bens historicamente atuada, inserindo uma comunhão mais pró-ativa, estrutural, a partir da criação de arranjos econômicos produtivos, com o objetivo de suprir as necessidades daqueles seus membros que não eram contemplados pela insuficiência da comunhão ordinária de bens realizada até então.

A “liberdade de comunhão”, segundo Bruni (2005), mesmo não negando a importância da liberdade de escolha no que tange o aspecto pessoal e contratual, coloca em relevo a liberdade que é vivida e partilhada com os outros. A Economia de Comunhão, portanto, sublinha valores da vida em comunidade. A comunhão é a experiência social mais

intensa e envolvente que se possa imaginar e, ao mesmo tempo, é a realidade mais necessitada das escolhas livres de cada pessoa individualmente. Para o autor, a comunhão não é, pois, uma realidade holística de um grupo que cancela as diferenças pessoais. Ela nasce muito mais das escolhas, dos valores interiorizados e da responsabilidade de cada um em relação ao outro. Para ele, a comunhão abrange as liberdades de cada uma das pessoas envolvidas, e por isso é sempre frágil e precisa ser sempre reconstruída.

Como vimos acima, a sociedade que deriva da cultura capitalista é uma sociedade complexa que mercantiliza toda a existência, tudo se torna mercadoria. Neste ambiente cultural de legitimação do domínio e da violência, a burguesia capitalista historicamente encontrou um quadro sempre mais propício para afirmar-se como classe dominante estendendo a nova convicção da Modernidade em torno do domínio da natureza pelo homem para um domínio social e econômico do capital sobre o trabalho. A liberdade burguesa é a liberdade de escolha enquanto liberdade utilitarista, liberdade pessoal para escolher o que se deseja, independente do prejuízo que possa causar ao outro. A escolha individual é um bem absoluto em si. Como afirma Amartya Sen (2000), o cálculo utilitarista tende a não levar em consideração desigualdades na distribuição da felicidade, importando apenas a soma total, independentemente do quanto sua distribuição seja desigual, apresentando forte descaso com direitos, liberdades e outras considerações desvinculadas da utilidade. Assim pode ser considerada negativa por ser uma liberdade atuada para a dominação do outro ou para a afirmação do eu em detrimento do outro.

Nas palavras da socióloga pernambucana Vera Araújo (2000), uma das intelectuais que refletem sobre o Projeto EdC, a proposta da Economia de Comunhão à cultura hodierna do interesse egoísta visando o ter é a cultura da partilha, uma cultura que exprime uma dimensão do homem enquanto *Homo donator*, cuja identidade consiste em ser dom para os outros nas diversas expressões de sua vida. A cultura da partilha é vista como o fundamento antropológico do projeto Economia de Comunhão, que conclama empresas a atuarem internamente nesta forma cultural de agir, também economicamente, para compartilharem os lucros com os sujeitos necessitados.

Como lembra Oliveira (2008), ser homem significa conquistar-se como ser livre e o caminho para chegar lá é cada individualidade ir além de sua realidade isolada e construir um mundo que seja efetivador da liberdade onde cada um existe para si enquanto existe com o outro, pelo outro e para o outro.

Portanto a EdC apresenta a proposta de uma nova práxis econômica, que está dando seus primeiros passos, emergindo não de uma teoria, mas a partir de uma experiência humana de base a gerar estas empresas. O objetivo final não é o lucro em si como maximização egoística, mas a procura de partilhar com o outro algo do que se possui. Pode-se partilhar não apenas bem pessoais, mas bens empresariais. Nesta antropologia da espiritualidade da unidade vive-se para partilhar os bens da civilização. Aliás, movidos por um novo sentido de ser humano, empenham-se por criar novas estruturas capazes de gerar riquezas para a partilha com o outro empobrecido, na busca de favorecer-lhe o crescimento e a independência econômica. Dessa perspectiva, uma empresa de comunhão pode ser percebida como uma “anomalia”, no sentido kuhniano⁵, uma vez que vai de encontro com o paradigma de concentração e maximização dos resultados propostos pelo capitalismo contemporâneo. Apesar de surgir no marco capitalista da economia de livre mercado, sua *práxis* redistributiva dos resultados em tres partes lhe confere uma configuração “anômala” em relação ao pensamento econômico dominante. O marco histórico das empresas da EdC vincula-se a uma teleologia bem específica: o esforço de realizar a comunhão em tres níveis: com os sujeitos empobrecidos para contribuir à sua independência econômica; com a comunidade civil onde atua, para a formação de homens e mulheres para uma cultura da partilha; com a própria empresa no sentido de torná-la viável economicamente e comprometida com o processo de comunhão. Esta é a finalidade histórica que move a ação dos sujeitos comprometidos com o Projeto EdC. Destaca-se também que, segundo a visão de Chiara Lubich (2003), em sua perspectiva de comunhão, tanto quem doa o lucro como quem doa a sua necessidade, encontram-se num mesmo patamar de doação, em igualdade e dignidade, uma vez que viver a comunhão não se trata de troca de valores ou de bens materiais equivalentes, mas trata-se de uma ação de partilha onde cada um coloca em comum aquilo que tem, seja aquilo que lhe excede ou seja aquilo que lhe falta. Através da comunhão proposta pela EdC procura-se estabelecer o encontro entre diferentes em suas realidades existenciais, mas iguais em dignidade humana. Para Lubich a construção de uma “humanidade nova” passa, portanto, por essas relações intersubjetivas concretas de encontro, onde cada um dos sujeitos conquista, pela vivência da comunhão fraterna, uma nova liberdade de atuação em relação ao outro.

E aqui convoco o *princípio do diálogo*, de Edgar Morin (1991), a meu ver, presente na síntese lubichiana da comunhão que propõe a convivência de antagonismos e oposições, concebendo-as não como dualidade, mas associando-as ao mesmo tempo como complementares, produzindo, assim, organização e complexidade. O que moveu [e move] a

realização do Projeto EdC é justamente o encontro dos diferentes, membros de uma mesma realidade, para a partir deste encontro buscarem gerar um novo sentido da razão econômica empresarial, onde um enriquece o outro colocando em comum aquilo que é [com aquilo que possui ou despossui].

Em relação à comunhão também o filósofo italiano Antonio Maria Baggio (2006) comenta que não é necessariamente uma troca de equivalentes. Como acontece, por exemplo, na relação entre homem e mulher que geram vida exatamente porque são diferentes: a comunhão é necessária porque sem um dos dois a geração da vida não acontece. Para ele, a essência da comunhão é a capacidade de cada um doar aquilo que tem, segundo a própria natureza e situação de vida.

Como assinala Manfredo de Oliveira (2008), para os cristãos, a Trindade é sua utopia orientadora que os deve mover como método dialógico-amoroso em busca da construção de um mundo solidário. Nela os diferentes se reconhecem e se afirmam pela comunhão. Nela não há dominação, mas partilha de dons reciprocamente.

Os membros da Economia de Comunhão procuram aprofundar a reflexão dessas realidades através de vários momentos, principalmente na realização 18 de congressos nacionais anuais realizados no Brasil, o último ocorrido em maio de 2009, no município de Vargem Grande Paulista, estado de São Paulo, comemorando 18 anos de existência. Além disso, a nível mundial já se realizaram três congressos internacionais, a cada tres anos, em Roma, Itália. No último congresso internacional, realizado nos dias 30/11 a 02/12/2007, em Roma, na Itália, no qual estivemos presentes como observadores, a temática foi sobre a realidade do trabalho na vida da economia de comunhão, com o título: “Trabalhar em comunhão”. Além disso, desenvolvem um periódico quadrimestral, “Economia de Comunhão: uma nova cultura”, com 27 números publicados, e a realização de outros tantos eventos e seminários em diversas partes do mundo e possuem um site institucional: www.edc-online.org.

UMA BREVE ILUSTRAÇÃO COM EXPERIÊNCIAS CONCRETAS

Passamos neste capítulo a apresentar alguns tipos de aplicação concreta dos conteúdos teóricos do Projeto Economia de Comunhão, através de entrevistas que realizamos com sujeitos comprometidos com a EdC, para escutar suas outras vozes. A primeira foi com o engenheiro eletrônico Sérgio Campelo, um dos sócios-gerentes da empresa Portal Tecnologia

Ltda., sediada em Recife - PE, especializada em automação industrial, que procura desde o início de sua caminhada empresarial “*criar um projeto coletivo de empresa, um ambiente onde não prevaleça a relação patrão empregado*”. Segundo Sérgio Campelo,

se no capitalismo clássico os sócios definem todas as regras internas, o comportamento frente ao mercado, o padrão ético da empresa, o que fazer com a riqueza gerada, na Portal os sócios converteram esta ordem: a coletividade dos colaboradores⁶ ordenou, de comum acordo, num regime colegiado e dialógico, as metas, os investimentos, as frentes de trabalho, em quais mercados atuar. As únicas coisas que ficaram a cargo exclusivo dos sócios foram: a fórmula a ser aplicada na participação dos lucros; a determinação do valor da parcela de lucro a ser partilhada com o projeto de EdC; as grandes decisões estratégicas, que poderiam tanto levar a empresa a patamares superiores de resultado, como levá-la à falência.

Um fato interessante é que todas as contas da empresa estão disponíveis *on-line* o servidor, a todo e qualquer colaborador que queira tomar conhecimento da situação da empresa. A participação nos lucros se dá da seguinte forma: no fechamento de cada trimestre natural do ano estipula-se o valor de participação universal de lucros (a todos os colaboradores, não importa a função) a ser distribuído: 50 % de todo o lucro líquido assim estimado é distribuído entre os sócios; 25% é distribuído entre os colaboradores; 25% é reservado ao projeto de EdC; ao final do exercício contábil as contas são refeitas revisadas quaisquer distorções que o sistema de estimativa tenha provocado. Além disso a relação de rendimentos fixos (salários ou prolabores) entre o maior e o menor rendimento não ultrapassa 5 vezes. E, segundo Sérgio, “já se iniciou a partilha da propriedade, através da absorção paulatina dos colaboradores como sócios da empresa”,

mas não tive condições de aprofundar sobre esta questão. Um grande consultor de empresas, reconhecido nacionalmente no Brasil, Mtnos Abdala Calil, 64 anos de idade, ao conhecer a fundo a experiência da Portal Tecnologia Ltda. definiu-a como “uma empresa feliz”. Registro abaixo trechos de dois diálogos eletrônicos mantidos por ele com Sérgio Campelo:

Voltemos ao motivo desta mensagem que é o relacionamento entre vocês. Qualquer relacionamento humano apresenta dificuldades. Felizmente, no trabalho, as dificuldades de relacionamento costumam ser mais simples do que na vida familiar e no casamento, por exemplo. Mas tanto no trabalho como em casa, os relacionamentos podem se aprimorar. Todos vocês declararam acreditar que uma empresa pode ser feliz. Pelo que pude perceber, vocês querem construir uma empresa feliz. Isto é um fato raríssimo. Já são poucas as pessoas que têm por objetivo a felicidade. Que dirá então as empresas! A amizade e o espírito de ajuda mútua são alguns dos pré-requisitos da felicidade empresarial. (nem esta expressão existe - o objetivo das empresas, dizem os pragmáticos, é ganhar dinheiro e não pensar em coisas

"abstratas" como a felicidade de seus sócios e colaboradores). A sinceridade (sem agressividade) é pré-requisito da boa amizade. O bom amigo diz o que o outro precisa ouvir. Algumas pessoas confundem sinceridade com dureza. Quanto mais contundente for uma crítica a um amigo, mais suave ela deve ser. Firmeza, sinceridade, suavidade, sentimento de amizade podem ajudar a criar uma

atmosfera única numa empresa. Não são suficientes, mas são imprescindíveis para a empresa feliz. É claro que a organização é também essencial à felicidade tanto individual, como familiar ou empresarial. (a organização é eficaz quando for ao mesmo tempo padronizada e flexível - sem flexibilidade torna-se burocrática). (Mensagem eletrônica enviada a Sérgio Campelo, em 28/06/2006, às 16h15).

O seu projeto é viável, pois “mão-de-obra” que aceite esta filosofia não vai faltar. Vou te dizer onde estará o único grande problema: no equilíbrio emocional dos colaboradores. Falta ao seu modelo (como faltou ao modelo de Marx) a psicologia individual. Marx não podia fazer muita coisa a respeito, pois Freud veio depois dele. A empresa humanista é uma empresa feliz sendo que uma empresa só pode ser feliz quando seus colaboradores têm equilíbrio emocional e também "mentalidade comunitária", o que implica ajuda mútua. Abraços, M. Calil. (Mensagem eletrônica enviada a Sérgio Campelo, em 22/07/2007, às 00h45).

Para Sérgio Campelo, a missão de sua empresa é tornar-se uma verdadeira comunidade de trabalho:

Se depender de mim, no futuro, a Portal só terá duas categorias que se distinguem: investidores e trabalhadores. Entre os trabalhadores, uns serão diretores, uns executivos, outros especialistas, uns líderes, outros comandados. Todos co-gestores e co-proprietários. Arquitetar esta organização (que ainda está por ser gestada) é o grande desafio ao qual me propus no campo do trabalho.

Outra entrevista eletrônica que realizei foi com o engenheiro Carlos Antônio Cremasco, sócio-gerente da Cremasco Projetos e Engenharia Ltda, de Brasília- DF, empresa de comunhão que atua na área de projetos, consultoria e fiscalização de obras, fundada em 1989, onde *“procura atuar dentro da ética profissional, dentro das normas ecológicas, ambientais e legislativas, visando ao bem comum das pessoas e da comunidade”*. Um fato relevante que gostaria de registrar dessa entrevista, diz respeito a uma concorrência na qual a empresa foi vencedora com um preço estimado em R\$ 400 mil, e um funcionário do órgão responsável pela concorrência foi até o escritório de Carlos para assinatura de um contrato no valor de R\$ 800 mil, dizendo que R\$ 400 mil restantes seriam distribuídos *“dentro da própria*

instituição”. O funcionário ficou surpreso com a recusa de Carlos em assinar aquele contrato fraudulento. “*Mesmo que naquele momento a empresa precisava do serviço, e do dinheiro, mantivemos nossa linha de atuação e conduta ética*”, afirmou Carlos, dizendo-me que encontrou a força e a liberdade ética para dizer não justamente na caminhada coletiva que faz enquanto sujeito da EdC. Para sua surpresa, anos depois, ao participarem de uma concorrência de um projeto de construção de um hotel, aquele mesmo funcionário, que agora fazia parte da diretoria do hotel, aconselhou os diretores a contratar a sua empresa, pois sabia da postura ética com que atuava no mercado.

Em seguida, o relato retirado de bibliografia pesquisada. Darlene Bonfim, bioquímica, participou, em 1991, do encontro nacional da comunidade focolarina com Chiara Lubich, e sentiu um profundo desejo de abrir uma empresa de comunhão, com outras e outros companheiros do setor médico. Fundaram a Policlínica Ágape. No início, com poucos recursos, foi possível começar apenas atividades de exames laboratoriais. Hoje a Policlínica trabalha com 17 especialidades médicas, diagnóstico por imagem e ambulatório de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. Ao todo 54 profissionais trabalham no local. O princípio que rege a atividade de todos os profissionais e a relação com o público é a Regra de Ouro, presente em praticamente todas as religiões que diz: “fazer aos outros o que gostaria que fosse feito a si próprio”. Um médico que havia deixado a Ágape para fazer uma especialização, decidiu retornar porque, segundo ele, nos outros ambientes nos quais trabalhou ou estudou sentiu a falta do respeito, da honestidade e da alegria que existem ali. Outro fato, um outro médico que se mostrava muito fechado, distante dos companheiros de trabalho, apresentava um comportamento que destoava do clima de alegria e espontaneidade da Ágape. Diante dessa situação, Darlene se perguntou: “Será que eu consegui demonstrar-lhe que lhe queremos bem?”. A partir desta pergunta ela se esforçou para aumentar o relacionamento fraterno com aquele médico, evidenciando as qualidades positivas que ele possuía. Depois de algum tempo o médico lhe disse: “Eu era um monstro, vocês estão fazendo de mim um homem”. Mudou totalmente seu comportamento, passando a abrir-se aos outros e aos pacientes. (REVISTA CIDADE NOVA, 2006).

Também com o intuito de dar viabilidade e visibilidade ao Projeto EdC, os membros do Movimento dos Focolares no Brasil, através da constituição de uma empresa de Sociedade Anônima, A ESPRI – Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais, com cerca de três mil e seiscentos pequenos acionistas de todo Brasil, entre eles, donas-de-casa, jovens, enfim,

pessoas que não são investidores tradicionais e clássicos, mas que acreditam na proposta de comunhão, realizaram a construção do Pólo Empresarial Spartaco, que começou a funcionar em 1994, em Vargem Grande Paulista – SP, numa área de 37.466 m². Os recursos operacionais da Espri provêm, portanto, da subscrição das ações. Toda a infra-estrutura e as construções presentes no Pólo são de propriedade dessa sociedade, que os aluga a quem lá se instala. Tal medida tem por base prevenir problemas societários, inclusive no que tange à gestão de patrimônio proveniente de heranças, e garantir que a participação de todos os agentes envolvidos tenha por base o reconhecimento da liberdade individual como fator propulsor do Projeto. A Espri é dirigida por um Conselho de Administração, com representantes de todas as regiões do Brasil, e por uma Diretoria Executiva composta de quatro membros, que se reúnem regularmente. O Pólo Spartaco abriga seis empresas: La Túnica, indústria de confecções; KNE-Rotogine, de manufaturados em polietileno; Prodiat, comércio de medicamentos hospitalares; AVN, indústria de vasilhames plásticos; Uniben, organização de fomento mercantil; além da sede da ESPRI. Abrange ainda três outras empresas que, pelo ramo de atividade, estão localizadas fora do seu território: a Escola Aurora, de educação infantil, fundamental e médio; Policlínica Ágape, de especialidades médicas e apoio diagnóstico; Comunione, escritório de contabilidade.

Segundo Bruni (2005, p. 161):

Na atividade diária das empresas, as cento e quarenta pessoas que trabalham no Pólo [Spartaco] comprovam que é riqueza tudo o que se acrescenta ao ser humano, não só dinheiro, mas cultura, participação, realização, confiança, felicidade, desenvolvimento sustentável, ambiente. Desse modo, alguns conceitos existentes na vida empresarial passam a ter novo significado. A hierarquia não é rígida, piramidal, mas sim do tipo de rede neural, mais flexível e funcional. O equilíbrio não é mantido por meio da força entre “pólos opostos” (decisões rígidas), mas reconhece e soma as partes positivas desses “pólos opostos”, construindo assim um equilíbrio dinâmico entre os grupos de interesse e de tendências.

Por último, alguns dados dos campos de atuação das empresas da EdC. A maioria constitui-se de pequenas empresas. Na área de serviços são 389. Na produção são 191 entre as quais na área alimentícia, da construção civil, de indústria mecânica, de plástico. Outras empresas - por exemplo, na área de micro-crédito - são em número de 25. No comércio são 151 entre decoração, livros, moda, alimentação etc. Em sua forma jurídica encontram-se 48% de firmas individuais; 37% de sociedade anônima; 8% por cotas limitadas; 5% cooperativas; 2% associações (BRUNI, 2005).

No Quadro II, abaixo, relacionamos o número de sujeitos empobrecidos que participam do Projeto EdC doando suas necessidades:

Quadro II – Relação dos empobrecidos que doaram necessidades para EdC

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Pessoas	5.474	5.848	6.567	6.666	6.466	6.672	10.830	11.677	11.352	11.405

Fonte: (BRUNI, 2005).

Em seguida registramos um demonstrativo da terça parte do resultado das empresas destinada à comunhão com os sujeitos empobrecidos:

Quadro III: Comunhão da terça parte dos lucros para com os empobrecidos

Ano	Valor necessário (US\$)	Valor atingido (US\$)
1994	1.950.663	1.668.000
1995	2.357.056	1.926.211
1996	2.479.531	2.258.211
1997	2.724.636	1.915.975
1998	2.523.686	2.055.471
1999	2.352.066	2.074.552
2000	2.348.684	1.978.181
2001	2.392.862	1.716.788
2002	1.989.960	1.793.524

2003	1.745.715	1.592.125
------	-----------	-----------

Fonte: (LEITE, 2005)

Bruni lembra que a vida feliz é frágil e vulnerável, mas não existe vida feliz sem reciprocidade humana. A exigência de estruturas e de uma cultura de comunhão, que tornem a reciprocidade um pouco menos vulnerável e mais estável, uma vez que a comunhão está sempre exposta à nossa liberdade, parece ser uma necessidade do nosso tempo.

CONCLUSÃO

As incertezas vividas pelo tempo contemporâneo, com o desenvolvimento de uma economia global, produtora de um desemprego estrutural na medida em que o capital organizado mundialmente estrutura o mercado de trabalho [que atua localmente] através de combinações entre sistemas avançados de produção, baseados em conhecimento intensivo e automação flexível, com sistemas atrasados baseados em mão-de-obra barata, requer novas formas de pensar a economia capazes de garantir a sobrevivência de vidas humanas dignamente.

Pensar o trabalho humano como fonte de solidariedade significa ir em busca das causas reais e concretas que produzem a desumanização, a violência urbana e rural, o enclausuramento dos indivíduos em si mesmos. Humanizamo-nos da forma como produzimos a vida. A economia está no centro desta questão.

A experiência do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade, juntamente com tantos outros arranjos no campo da economia social e solidária, vem atestar que a História não chegou ao fim, que o ser humano é capaz, na medida em que busca a coerência ética em sua existência de afirmar-se não isoladamente mas em comunhão com outros homens e mulheres, de construir novos mundos concretos capazes de reciprocidade humanizadas e humanizantes. A tarefa que cumpre a cada um, membros da sociedade civil, é uma tarefa histórica de construção de uma nova ordem solidária, uma ordem de comunhão.

NOTAS

¹ Para Durkheim, a solidariedade orgânica, diferentemente da solidariedade mecânica, é um tipo de sociabilidade produzida pela divisão social do trabalho onde o indivíduo depende das partes que compõem a sociedade. O que torna possível a solidariedade orgânica é um sistema de funções especiais e diferentes que unem as relações

definidas, pressupondo que cada indivíduo tenha uma esfera própria de ação, resultando num tipo de solidariedade mais forte, segundo o autor.

² Utilizou-se neste artigo Valor com letras maiúsculas com o objetivo de demarcar o sentido último da sociedade capitalista, um movimento que existe em função de si mesmo. O valor de troca não é um valor qualquer, mas uma espécie de deidade absoluta para a qual toda a sociedade capitalista volta-se aderindo de forma religiosa. O Valor é o novo Deus do capitalismo.

³ Para Durkheim o desempenho de cada função especial exige que o indivíduo não seja fechado em si, nem se feche estreitamente, mas que se mantenha em relações constantes com as funções vizinhas, tome consciência de suas necessidades, de mudanças que ocorram etc. A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de ficar curvado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, mas age sobre eles e sofre a sua ação, formando assim um todo orgânico.

⁴ Os membros do Movimento dos Focolares realizam, desde a sua gênese, em 1943, em Trento, no norte da Itália, periodicamente, uma comunhão de bens, na liberdade, segundo o estado de vida de cada um, onde colocam em comum bens materiais, como forma de suprirem as eventuais necessidades dos membros mais necessitados de sua comunidade.

⁵ Thomas Kuhn (1922-1996) mudou a noção que se tinha sobre o progresso científico, defendendo que os progressos da ciência não resultam de mecanismos de continuidade, mas sim de mecanismos de ruptura. Em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), afirma que uma ciência que evolui de forma contínua atravessa uma etapa do seu desenvolvimento em que se considera que constitui uma Ciência Normal. Durante esse período, o mundo ao qual essa ciência se aplica é visto por todos os seus praticantes segundo uma mesma perspectiva. Todos vêem o mundo da mesma maneira. A certa altura, alguns dos praticantes dessa ciência começam a descobrir contradições internas e chegam à conclusão de que a forma de ver o mundo em que essa ciência de baseia não é adequada. Começam a descobrir que o mundo devia ser olhado de outra maneira. Às diversas formas de ver o mundo, Kuhn chamou paradigmas. Quando alguém descobre um paradigma distinto, sobre o qual é possível basear o desenvolvimento duma ciência, diz-se que a ciência é, durante esse período, uma Ciência Revolucionária. Durante todo o período em que há uma ciência normal existem problemas não resolvidos, eventos que contradizem as expectativas paradigmáticas. Porém, estes problemas não são considerados pelos cientistas como contra exemplos, mas sim como quebra-cabeças a serem resolvidos. Há uma mudança no rumo da ciência normal quando um destes problemas, por diversos motivos, torna-se importante demais para ser deixado de lado. O quebra-cabeça então se transforma numa anomalia. Começa-se uma investigação na área onde houve esta anomalia para tentar transformá-la no esperado. Anomalia, portanto, é um fato que não se encaixa no referencial teórico explicativo existente., constituindo uma motivação para disparar uma revolução científica em busca da explicação que falta.

⁶ Colaborador significa aquele que produz com o outro, co-autor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vera et al. *Economia de comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2^a. ed., 1998.

_____. Artigo: A Cultura do dar. In: *Abba Revista Cultural*. Volume III, n. 02. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 8^a. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BAGGIO, Antonio Maria. *Reflexões para a vida pública: a cultura da fraternidade e a política*. Vargem Grande Paulista: SP, 2006.

_____. A Espiritualidade da Unidade na Política. In: *Abba Revista Cultural*. Volume VII, n. 03. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2004.

BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2005.

_____. *Economia de Comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2002.

-
- _____. Richezza francescana. In: *Nuova Umanità*, XXVIII (2006/6) 168, pp.793-798. Roma: Città Nuova Editrice della PAMOM, 2006.
- _____. Chiara e a economia. Carta de despedida a Chiara Lubich. Mimeo (texto inédito). 2008.
- CARTA SOCIAL E DO TRABALHO, n.5, p. 33 – São Paulo: Unicamp set. 2006 / abr. 2007
- DURKHEIM, Emile. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978.
- FORTALEZA. Pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem. Disponível em http://www.fortaleza.ce.gov.br/juventude/index.php?option=com_content&task=view&id=21. Último acesso 16 de julho de 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- JOÃO PAULO II. *O trabalho humano*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KÜNG, Hans. *Por que ainda ser cristão hoje?* Campinas, SP: Verus Editora, 2004.
- LEITE, Kelen Cristina. *Economia de comunhão: uma mudança cultural e política na construção do princípio de reciprocidade nas relações econômicas*. Tese de doutorado. São Carlos – SP: UFSCar, 2005
- LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In: *Economia de Comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões*. BRUNI, Luigino (org.). Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2002.
- _____. *Ideal e Luz: pensamento, espiritualidade, mundo unido*. São Paulo: Brasiliense; Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2003.
- MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. 3ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2008.
- REVISTA CIDADE NOVA. Exemplar 485, ano XLVII, n. 8, pp. 23 e 23. Vargem Grande Paulista – SP: novembro de 2006.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. I. São Paulo: Editora UnB, 2004.
- _____. *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004b.
- WEIL, Éric. Philosophie Politique. In: OLIVEIRA, Manfredo et. al. *Filosofia política contemporânea*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.